

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP que os trabalhadores da Lavandaria do SUCH (Serviço de Utilização Comum dos Hospitais), instalada no Parque Industrial do Fundão e que efetua os serviços de limpeza e higienização das roupas dos Hospitais da Covilhã, Fundão e Castelo Branco foram surpreendidos, no passado dia 29 de Maio, pela presença nas instalações da empresa no Fundão de representante dos Recursos Humanos da SUCH, que convocou de forma individualizada cada um dos 21 trabalhadores, com o objetivo de apresentar uma proposta de acordo de cessação dos respetivos contratos de trabalho, exigindo que os trabalhadores endereçassem resposta à proposta apresentada 3 dias depois (sendo que dois desses 3 dias seriam o fim-de-semana o que claramente poderia impedir os trabalhadores de se aconselharem junto de quem entendessem, nomeadamente do respetivo sindicato).

De acordo com os argumentos da empresa a destruição destes 21 postos de trabalho deve-se ao facto de, supostamente, ter existido uma redução da atividade motivada pela COVID-19 e que tinham a intenção de encerrar até ao final do mês de junho. Tendo efetivamente dispensado 6 trabalhadores da obrigação de assiduidade nos dias 8 e 9 de junho.

Mais surpreendidos ficaram estes trabalhadores quando souberam que a empresa no dia 8 encaminhou a roupa do Hospital de Castelo Branco, habitualmente tratada no Fundão, para a Unidade de Vialonga, no concelho de Vila Franca de Xira, a mais de 200 km de distância e mais de 2 horas de viagem. Mais incompreensível se torna esta decisão quando temos conhecimento que os trabalhadores desta unidade, em Vila Franca de Xira, há já algum tempo se queixam dos ritmos de trabalho excessivos, das contantes alterações dos horários de trabalho e das comuns solicitações para a prestação de trabalho suplementar.

Recordamos que o SUCH é uma associação sem fins lucrativos sob a tutela direta dos Ministérios da Saúde e das Finanças pelo que tem uma obrigação acrescida de manutenção dos postos de trabalho, para mais na atual situação que o país enfrenta. Também estes trabalhadores são profissionais de saúde e têm estado, durante o surto epidémico, na linha da frente do combate ao vírus. No entanto, a forma que a empresa encontrou para compensar o

seu esforço e dedicação foi a destruição dos seus postos de trabalho.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, solicitamos ao Governo que, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da situação descrita?
2. Que medidas vão ser tomadas, junto do SUCH, para garantir a manutenção dos postos de trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2020

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

VERA PRATA(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)